

FERNANDO CALOS FELISSI

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTAVEL DO BANCO DO BRASIL:
UMA CONCEIÇÃO CONTEMPORANEA

CURITIBA

007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL: UMA
CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Especialista em
Desenvolvimento Econômico da Pós-Graduação
em Economia da UFPR

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Vaz Lobo
Bittencourt

**Curitiba
2007**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ENFOQUE TRADICIONAL	6
2.1 DESVENDANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	6
2.1.1 Desenvolvimento econômico na visão clássica e neoclássica.....	8
2.1.2 Indicadores de desenvolvimento	12
2.2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	14
2.3 OBSTÁCULOS E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17
3 ONDAS DE TRANSFORMAÇÃO E A EMERGENTE SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO	22
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3.2 MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	25
3.3 SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	29
3.4 RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL EMPRESA RESPONSÁVEL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	35
3.5 ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO BRASIL	38
4 CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Durante longo tempo o fator econômico foi considerado o único determinante do desenvolvimento. Hoje o desenvolvimento abarca outras dimensões como: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, mantendo uma interligação uma em relação à outra, todavia com relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões fazem parte do processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual, condicionando-o. (FRANCO, 2006).

Sen (2000) destaca a necessidade de o desenvolvimento estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida das pessoas e a ampliação das liberdades que desfrutam. Tendo por base estas premissas, emerge um novo enfoque do desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

Sachs (2004) está convicto que o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas. Enfatiza que os aspectos não qualitativos são essenciais.

Um conceito oficial de desenvolvimento sustentável surge, a partir do Relatório Brundtland, em 1987, onde o crescimento econômico passa a ser contrastado com a noção de sustentabilidade. Conforme essa orientação, desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem por em risco a possibilidade das gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades. Esta visão de sustentabilidade é a que alicerça esta pesquisa.

Para Bianchi (2002) o desenvolvimento sustentável expressa muito mais que a simples preocupação com a racionalização do uso da energia ou a substituição dos bens não renováveis e o manejo adequado dos resíduos e a conseqüente internalização dos custos ambientais. É necessário entender que o problema ambiental é sistêmico e indissociável de vários outros como, por exemplo, a miséria, a degradação do meio ambiente, o crescimento populacional desordenado, etc.

A solução desses problemas será inútil se forem analisados de forma isolada, ou seja, fora do contexto a que pertencem.

Voltado à aplicabilidade dos conceitos que envolvem o desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil lançou em 2003 o seu programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS, concebido como uma estratégia comercial, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o banco está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, políticos e sociais, apoiando as atividades produtivas, economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas, respeitando a diversidade cultural e que tenham a possibilidade de organização em rede.

Com o programa DRS, o Banco do Brasil atua não somente como uma instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais e identificando potencialidades da localidade, de forma a promover o seu desenvolvimento sustentável.

O principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, que se baseia no processo de concertação. A concertação, com sentido de orquestração, é uma ação integrada, harmônica e compartilhada que aglutina os vários agentes que possuem interveniência na cadeia de valor da atividade produtiva selecionada.

Informações do Banco do Brasil de setembro de 2007 relatam a existência 1983 projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável no País, sendo 848 em implantação, 1.113 em elaboração e 22 totalmente implantados. A totalidade dos projetos abrange dois mil municípios, 211 mil famílias e possui meta de até 2008 atingir três mil municípios e 500 mil famílias (BANCO DO BRASIL, 2006). Registra-se que todos são devidamente sistematizados e documentados.

O objetivo do estudo é a avaliação da eficiência e eficácia do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil. Para tanto, serão analisados os primeiros quatro projetos que foram considerados pelo Banco "Totalmente Implementados", a fim de responder à pergunta: Estão sendo atingidos os propósitos a que se propõe o programa de promover a inclusão social, a democratização do acesso ao crédito, impulsionar o associativismo e contribuir para a melhoria dos indicadores de qualidade de vida?

O presente trabalho, que compreende uma monografia, representa a primeira etapa, onde será abordado o tema sob o olhar da investigação bibliográfica. Num segundo momento, na dissertação de mestrado, que está em andamento, será dada continuidade na pesquisa, enfocando o estudo prático (Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil).

Esta monografia está estruturada em quatro capítulos. A introdução que especifica o tema, problema, objetivo e metodologia, o capítulo dois que aborda as idéias sobre desenvolvimento e crescimento econômico com um viés mais tradicional, onde os autores tratam do racionalismo dos agentes econômicos, que sempre buscariam maximizar seus lucros e minimizar os gastos.

No capítulo três disserta-se sobre a sustentabilidade, enfocando a empresa responsável e o Desenvolvimento Sustentável, que tem, no seu bojo, um viés mais de justiça social e respeito ao meio-ambiente e ainda a estratégia de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil. O capítulo quatro contém a conclusão geral da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ENFOQUE TRADICIONAL

2.1 DESVENDANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É difícil construir uma definição de desenvolvimento econômico. Na literatura econômica constata-se que não existe uma conceituação universalmente aceita. No entanto é necessário a sua busca para que se possa estabelecer regras básicas de discussão. A seguir apresentam-se algumas definições de desenvolvimento econômico.

Adelman (1972, p. 1) define desenvolvimento econômico como,

... o processo pelo qual uma economia cuja taxa de crescimento da renda per capita é pequena ou negativa é transformada numa economia em que uma taxa significativa de crescimento auto-sustentado da renda por capita é uma característica permanente a longo prazo. Denominaremos subdesenvolvida uma sociedade cujo desenvolvimento econômico é possível, mas incompleto.

Para Bresser-Pereira (2007, p. 2)

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se, no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de 'mais crescimento econômico' acompanhado de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais. (MALUF, 2007).

Definido nessa acepção, o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua revolução capitalista.

Crush (apud MALUF, 2007, p. 7) caracterizou o desenvolvimento como um,

... conceito antes auto-evidente que tem sido ameaçado pelo impacto dos pensamentos pós-moderno, pós-colonial e feminista. Embora interessante, esta formulação carrega ainda o viés dos enfoques euro-centrados que para ser evitado demandaria acrescentar o impacto provocado pela própria experiência de desenvolvimento sobre os países que a vivenciaram e sobre a tradição analítica construída no interior dos mesmos. Este é o caso da América Latina.

Na visão de Furtado (1984, p.105) “as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador”.

A questão do desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas, estas originárias das crises econômicas. O desenvolvimento ocorre em Adam Smith como o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população. No longo prazo, ocorrendo uma redistribuição de renda entre os capitalistas, trabalhadores e arrendatários (SOUZA, 1999, p. 17).

Ainda no plano teórico, surgiu em 1911 a obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” do economista austríaco Joseph Schumpeter. A principal questão a que se dedicou o pesquisador foi como explicar o processo do desenvolvimento econômico. Sua análise da origem, operação e evolução do capitalismo constitui a contribuição mais importante para a compreensão da dinâmica dos sistemas capitalistas. (ADELMAN, 1972, p. 99).

Segundo Schumpeter, desenvolvimento econômico é sinônimo de uma mudança tecnológica descontínua. Ocorre desenvolvimento, portanto, na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários, financiados pelo crédito bancário. Quando só há crescimento, a economia funciona em um sistema de fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica.

A abordagem de desenvolvimento como problema, ficou enfatizada a partir das flutuações econômicas do século XIX e com a concentração da renda e da riqueza exacerbada pelo surgimento de alguns poucos países industrializados, que tornou mais evidente a disparidade entre nações ricas e pobres. A noção de desenvolvimento, atrelada a questão da distribuição de renda passou a ser então mais enfatizada. (SOUZA, 1999, p. 17).

A questão do desenvolvimento econômico também ficou mais evidente, no final dos anos 30 com a aplicação da Contabilidade Nacional, nascida sob auspícios da teoria keynesiana. Com ela, passou-se a comparar a renda per capita dos diferentes países e a classificá-los em ricos e pobres dependendo do valor desta renda.

Hodiernamente, Sen (2000) incorpora outras dimensões, além das econômicas em sua definição de desenvolvimento. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do produto ou de outras variáveis relacionadas à renda, inclui aqui direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Igualdade e equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor.

Lembrando que, a forma como a sociedade se articula, em seus mais variados níveis, determina e limita o seu projeto de desenvolvimento. No cenário atual, negócios sustentáveis indicam o potencial de uma nova abordagem para o desenvolvimento. Este enfoque será discutido mais adiante. Por hora, é importante fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento na perspectiva clássica e neoclássica.

2.1.1 Desenvolvimento econômico na visão clássica e neoclássica

O problema principal de que se ocupam os economistas clássicos, está bem resumido no livro de seu principal representante, Adam Smith – “Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações”. Este teórico tentou determinar os

fatores responsáveis pelo progresso econômico e as medidas de política a serem tomadas para criar um ambiente propício ao crescimento rápido (ADELMAN, 1972, p. 27).

A grande preocupação dos economistas clássicos era a de que a sociedade poderia chegar a um estado estacionário sem antes ter atingido um nível relativamente elevado de bem-estar. A explicação de Adam Smith para esta situação estava na concorrência entre os produtores, que eleva os salários, reduz os preços e os lucros. Desse modo, a demanda de capitais retrai gradativamente, até se anular em longo prazo (SMITH, 1983).

Para Adam Smith (1983) o elemento essencial do aumento da riqueza é o trabalho produtivo.

Adam Smith reconhecia três maneiras de a produtividade do trabalho ser aumentada por meio da especialização: primeiro, o aumento da destreza ou qualificação da mão-de-obra por intermédio do que hoje chamamos de "aprender fazendo"; segundo, a economia do tempo que seria perdido, em outras circunstâncias, na mudança de um emprego para outro; e terceiro, a ampliação do âmbito da acumulação de capital, isto é, a capacidade de decompor processos complexos em processos mais simples, que permitam o uso de máquinas, o que eleva ainda mais a produtividade. Contudo, a divisão do trabalho, ou a capacidade de especialização, depende do tamanho do mercado (THIRLWALL, 2005, p. 18).

Souza (1999) enfatiza que coube a Adam Smith derrubar a tese fisiocrata de que somente a terra produz valor. Isso foi feito ao demonstrar que toda a mercadoria pode produzir valor ao ser vendida no mercado a um preço superior a seu preço natural, ou ao custo médio de produção.

O trabalho também pode ser produtivo fora da agricultura, ao gerar valor. Embora reconhecesse que as forças da natureza aumentam a produtividade física do trabalho agrícola, para fins de determinação de renda, o que importa é a produtividade em termos de valor e não a produtividade física (NAPOLEONI, 1988).

A teoria clássica caracteriza-se por analisar o sistema econômico principalmente no âmbito da produção, e numa perspectiva de longo prazo. Assim,

Os economistas clássicos, assim como Marx, acreditavam que o sistema econômico funcionava sob uma lei de tendência à igualação das taxas de lucro nos diferentes setores e ramos da economia. Segundo eles, os capitais, principalmente na forma monetária, saíam dos ramos com taxas de lucro mais baixas, para entrar naqueles com taxas de lucro acima da média. E isto ocorria devido à ação dos empresários capitalistas que buscavam persistentemente a valorização de seus capitais no mais alto nível possível (PRADO, 2001, p. 2).

Para definir os contornos da teoria neoclássica, é preciso contrapô-la à teoria clássica. Segundo Prado (2001, p.2)

Essa teoria neoclássica em sentido amplo nasceu em diversos países, sob culturas econômicas diferentes, quase ao mesmo tempo – ou seja, na década de 1870. Entre os pioneiros acham-se Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra. Todos esses autores centraram sua análise num indivíduo genérico isento de relações sociais, que busca atender ao seu próprio interesse, e que se orienta invariavelmente por suas preferências subjetivas. Sobre essa base, erigiram o que veio a ser chamado de microeconomia, um ramo da teoria econômica que se concentrou inicialmente na análise do mercado de concorrência, no qual cada agente econômico pode ser tratado como independente dos demais. A teoria neoclássica, em geral, teve desde o início o objetivo central de mostrar como um mercado funciona quando tais átomos sociais dançam, por assim dizer, a música dos preços.

Meier e Baldwin (1968) argumentam que, os economistas neoclássicos, ao contrário dos clássicos, não apresentaram uma formulação de longo prazo, contemplando explicitamente o desenvolvimento econômico. Centraram sua análise no curto prazo, com ênfase nos problemas de mercado, na melhor alocação de recursos, isto é, na eficiência microeconômica da produção.

A teoria neoclássica tradicional – de Marshall, Jevons, Walras, Menger etc. –, nascida na última terça parte do século XIX como um desvio de curso que vai se afastando progressivamente da corrente da teoria clássica, continuou analisando a economia capitalista dentro do mesmo contexto de longo prazo. Entretanto, ela modificou algo essencial na tradição de que se originou, mas com a qual veio romper. A mudança fundamental desse novo curso de análise econômica, que não parou de engrossar durante todo o século XX, deu-se na teoria da repartição (PRADO, 2001, p. 10).

Alfred Marshall (1982), o mais representativo dos economistas neoclássicos, ao mencionar alguns aspectos do desenvolvimento econômico, mostra-se muito

otimista. Para ele, o crescimento da riqueza é gradativo e harmonioso, fomentado por crescente acumulação de capital. Muitas perspectivas são apresentadas, todas visando transformar o caráter de vida social e industrial, o que habilita a empregar grandes reservas de capitais, a fim de promover novas satisfações e novos meios de economizar esforços para aplicação antecipada destes. Acreditava não haver razão de estar próximo de uma situação estacionária, na qual não haverá novas necessidades importantes a serem satisfeitas.

Esta razão otimista de Marshall tem sua razão de ser na capacidade de trabalho do homem e nas possibilidades tecnológicas, que geram novas oportunidades de crescimento. Para ele, portanto, acumulação de capital, crescimento e desenvolvimento econômico são três aspectos de um mesmo fenômeno, que se origina, de um lado, no desejo de consumo e, de outro, na propensão a poupar. As pessoas poupam e acumulam por hábitos e expectativas do futuro e afeição familiar. A estabilidade social joga um papel importante na formação de poupança por parte das empresas e dos indivíduos assalariados (Marshall, 1982).

Portanto, os neoclássicos consideram a acumulação de capital, a poupança e a taxa de juros elementos fundamentais do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Hodiernamente, a abordagem neoclássica evoluiu e se tornou na realidade muito diferente e distante de sua origem. Entretanto, não obstante o alargamento do seu escopo e das suas aplicações é fundamental reconhecer, o funcionamento dos mecanismos de mercado permanece sendo completamente baseado na operação presumida desse princípio fundamental da substituição, tanto quanto a abordagem clássica é baseada na noção do excedente. (SERRANO; MEDEIROS, 2007).

Realizada esta breve incursão sobre a concepção de desenvolvimento na teoria clássica e neoclássica, é importante mencionar os principais indicadores de desenvolvimento, freqüentemente usados, para avaliar os níveis de desenvolvimento de um país.

2.1.2 Indicadores de desenvolvimento

Tradicionalmente, a renda per capita tem sido usada como o principal indicador de desenvolvimento. Por renda per capita entende-se o indicador que ajuda, a saber, o grau de desenvolvimento de um país e consiste na divisão da renda nacional (produto nacional bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população (OLIVEIRA, 2001).

A renda per capita é um indicador importante, mas ele como média camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população de baixa renda que pode ser bastante numerosa.

Considerando que o desenvolvimento econômico é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e de serviços básicos para o conjunto da população, somente o valor da renda per capita é insuficiente para refletir corretamente os diferenciais de desenvolvimento entre países ou regiões (SOUZA, 1999, p. 28).

Portanto, torna-se necessário considerar indicadores adicionais que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como alimentação, melhor atendimento médico e odontológico, educação mais qualificada, mais segurança e melhor qualidade do meio ambiente.

Souza e Soares (2006) afirmam que diante do panorama mundial global em que vivemos, o indicador de desenvolvimento de uma nação a ser utilizado pela Organização das Nações Unidas não é mais somente medido pela riqueza econômica. Este critério foi substituído pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração fatores relacionados com a qualidade de vida e com o uso dos recursos naturais. Considera-se, por exemplo, "em desenvolvimento" uma nação muito rica em recursos energéticos, mas que concentra as rendas e benefícios destes recursos em pequena parcela da população, fazendo coexistir populações abastadas com populações miseráveis. Percebeu-se que este tipo de distribuição de renda leva, sempre e impreterivelmente, a relações sociais violentas que afetam, por exemplo, a liberdade de ir e vir, a segurança pública e a condição de usufruir os bens conquistados.

Nesse diapasão o Banco Mundial determinou um conjunto de indicadores de desenvolvimento mundial básicos, são eles (figura 1):

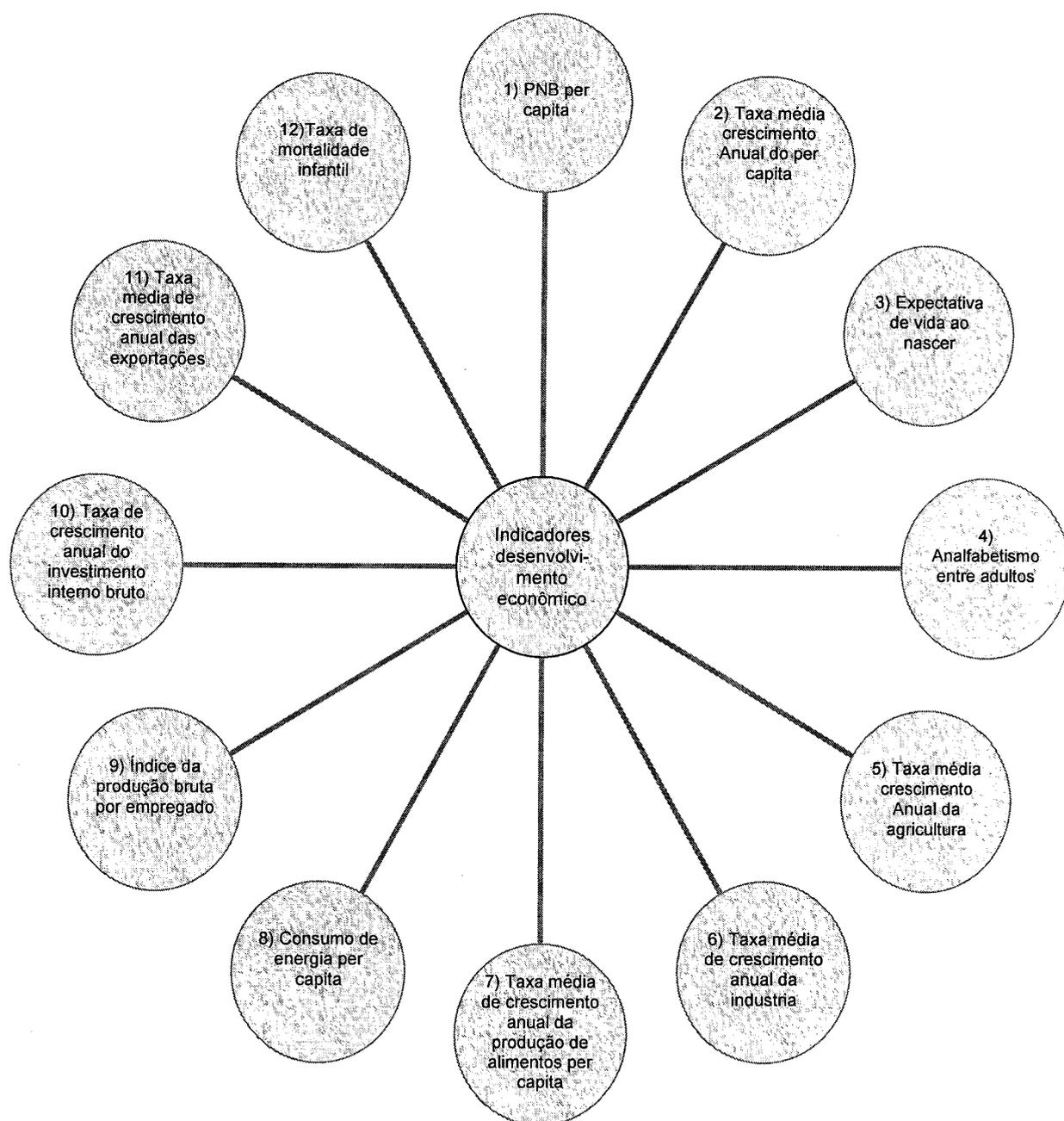


Figura 1 – Indicadores do desenvolvimento mundial. Fonte: Souza (1999, p. 30-31).

Lembra Souza (1999) ainda, que medidas destinadas a atacar diretamente a pobreza podem ser indispensáveis quando a renda for muito concentrada e as

populações carentes muito numerosas. Pois, nem sempre o maior nível de renda significa necessariamente melhores índices de desenvolvimento, uma vez que, determinados indicadores apresentam uma correlação imperfeita com a renda per capita.

2.2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Há consenso de que crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois são intimamente ligados, mas não são a mesma coisa (VEIGA, 2006, p. 56).

Tachizawa (2002) conceitua crescimento econômico como um crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ao longo do tempo, enquanto que desenvolvimento econômico representa não apenas o crescimento da produção nacional, mas também a forma como está distribuída social e setorialmente.

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico,

... pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocuparem como tais incrementos são distribuídos. É necessário acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p.24).

Para Sachs (2004) o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre o requisito que na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. Enquanto que o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma qualidade de vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

Sandroni (2001, p. 141) considera:

... desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para o autor, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

A preocupação com os problemas de crescimento econômico reflete a ambição do homem em atingir níveis crescentes de progresso material e bem-estar.

O desenvolvimento, em abordagens mais amplas, apresenta o crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, como possibilidade de inclusão das alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia), (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Na acepção de Oliveira (2006, p. 19) o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social. Desenvolvimento, assim, é o crescimento – “incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer etc.

De acordo com Langoni (1976, p. 15)

O processo de mobilização de recursos para o crescimento pode surgir espontaneamente pela ação de empresas que procuram explorar as oportunidades lucrativas de investimento existentes na economia, como é o caso dos sistemas tipicamente capitalistas, ou de forma dirigida, a partir de decisões exógenas como no caso das economias de planejamento central. Há também os casos híbridos (nos quais o Brasil se enquadra) em que o crescimento acontece como uma combinação de exploração espontânea de oportunidades de investimentos por firmas privadas e das decisões exógenas por parte do Estado que desempenha o papel de mobilizador e catalisador de recursos.

O importante, no entanto, é que em qualquer sistema econômico, crescimento implica necessariamente em redistribuição de consumo ao longo do tempo. Só é possível aumentar a disponibilidade futura de bens e serviços se uma parcela da renda corrente for desviada do consumo (constituindo a poupança) para atividades que permitam uma ampliação da capacidade produtiva (atividades de investimentos).

A teoria econômica geral e a maioria dos modelos de desenvolvimento supõem que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população,

... no mínimo, através do que se denomina de efeito 'vazamento' do crescimento (*trickle-down effect of growth*). Mais problemático o que se poderia aceitar sob certas condições como um dos requisitos para o enfrentamento da pobreza -uma conjuntura de crescimento econômico- não raro torna-se único e suficiente objetivo a ser perseguido, daí originando-se críticas agudas no mais das vezes corretas. O fato do crescimento econômico não ser receita suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza é amplamente confirmado por pesquisas que, pelo método das correlações estatísticas, revelam, de um lado, não ser possível estabelecer um claro impacto (positivo ou negativo) sistemático, no tempo, do crescimento econômico no grau de equidade. De outro lado, tais correlações deixam evidente que há uma ligação inversa entre a distribuição inicial de ativos e de renda e a natureza e a amplitude do crescimento subsequente, isto é, quanto maior a desigualdade inicial menores os ganhos para os pobres com o crescimento econômico; mostram, também, que a redução da pobreza absoluta depende da distribuição da renda manter-se ao menos constante (MALUF, 2007).

Becker (1997, p. 15), no entanto considera incorreto afirmar que o crescimento econômico sempre beneficia os mais pobres ou que nenhum pobre perde com reformas pró-crescimento. Pode-se observar que o processo de desenvolvimento contemporâneo funda-se numa dinâmica crescente e continuada de exclusão de um contingente cada vez maior de pessoas (desempregados, desterrados, entre outros), de poluição do ar e da água, de depleção da camada de ozônio, de acúmulo de lixo tóxico, de esgotamento dos recursos naturais não-renováveis, de desertificação, etc. Na verdade, essa tendência escancara o lado desigualador do desenvolvimento contemporâneo.

Com isso, a riqueza continuou sendo concentrada pelos países ricos, e a pobreza continuou sendo concentrada pelos países pobres, seguindo a lógica da

modernização conservadora, que leva os ricos a ficarem mais ricos e os pobres mais pobres. Está ficando cada vez mais difícil racionalizar essas irracionalidades.

Neste contexto a sustentabilidade tem aparecido como uma nova bandeira de luta, como reação social e política à racionalidade econômica.

E nesse sentido a sustentabilidade é funcional ao sistema capitalista, pois compõe com a competitividade um duplo movimento contrário e complementar de difícil equilíbrio: de um lado, o movimento da expansão contínua do mercado (competitividade), o qual tem por objetivo se estabelecer sobre bases auto-reguladoras e supõe o predomínio de valores materiais e de uma razão instrumental; e, de outro lado, o contra-movimento (sustentabilidade) destinado a frear e regular o mercado, o qual tem por objetivo a proteção do homem e da natureza, e supõe a preservação e promoção dos valores éticos e espirituais. (BECKER, 1997, p. 16).

Assim, busca-se que a distribuição dos frutos do crescimento econômico deve ser regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas e tão-somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorecem algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

2.3 OBSTÁCULOS E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Furtado (1974, p.75) afirma que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito.

Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos [...],

Lentamente isso está mudando. As pessoas e seu nível de vida estão se tornando o propósito final do desenvolvimento, pois é mais importante saber que oportunidades as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e a uma moradia digna, enfim, de desfrutar uma longa vida produtiva que lhes permita manter

uma família, do que saber simplesmente qual foi a variação do PIB do período anterior (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

No seu contexto histórico em que surgiu, a idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdade passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações. Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo, a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural. (SACHS, 2004, p.13).

Rocha (2003, p. 2) assinala que existem entraves exógenos e endógenos ao desenvolvimento econômico.

Os exógenos são os conhecidos como a alta taxa de juros, os tributos elevados, as dificuldades burocráticas, as carências de infra-estrutura. Os endógenos seriam os entraves internos que compreendem o desenvolvimento de aptidões gerenciais, o acesso à informação, a tecnologia apropriada e a capacidade de articulação com empresários, clientes, fornecedores. Em relação àqueles entraves externos, entendo que devem ser resolvidos por meio de iniciativas dos empresários no sentido de se associarem e unirem esforços para influenciar o ambiente externo, trazendo melhoras. Com relação àqueles internos, são necessários o fortalecimento da própria organização – com o cuidado de identificar quais são as prioridades estratégicas – e a adoção de indicadores apropriados para monitorar o desenvolvimento dos negócios.

Geralmente, é o Estado quem exerce uma ação coordenadora do desenvolvimento e quem procurara vencer esses obstáculos. Conforme Souza (1999, p. 41) nas fases iniciais do desenvolvimento, o Estado tem executado as seguintes ações:

- a) intervenção no mercado cambial, manipulando a taxa de câmbio e confiscando divisas em proveito do setor de mercado interno;
- b) praticando políticas anticíclicas a fim de manter a renda do setor exportador;
- c) concedendo crédito e incentivos ao setor de mercado interno e à exportação de produtos não tradicionais;
- d) investindo em infra-estrutura, como energia, transporte e comunicações.

Pode-se afirmar, assim, que a transição de uma economia subdesenvolvida para uma desenvolvida pressupõe a transposição de inúmeros obstáculos criados pelo próprio crescimento econômico. Nos países subdesenvolvidos, as políticas adotadas pelo estado têm sido basicamente a de promover a industrialização, via substituição de importações com incentivos eventuais às exportações e outras medidas como:

- a) ampliação do poder de compra das populações rurais, por meio de políticas agrícolas, envolvendo crédito, seguro, preços mínimos, estoques reguladores investimentos em estradas rurais, comercialização da produção, reforma agrária etc.;
- b) promoção do desenvolvimento prioritário de indústrias específicas, com a participação de empresas estatais e de empresas estrangeiras;
- c) controle de importações, a fim de evitar a fuga de divisas com gastos supérfluos e proporcionar mercado para indústria nacional nascente;
- d) programação dos investimentos visando a implantação de infraestrutura à diversificação industrial e ao desenvolvimento regional (SOUZA, 1999, p. 42).

Bresser-Pereira e Nakano (2002, p. 10) propõem como estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico.

Inicialmente, a implantação de políticas de remoção das restrições impostas pelo setor externo e pelo déficit fiscal e o ajuste estrutural para remoção da tendência a semi-estagnação presente na economia brasileira. A chave neste processo será um novo regime de câmbio e de taxa real de juros. Simultaneamente, será necessária a implantação de uma política comercial ativa e uma política de reestruturação industrial para promover exportações e substituição de importações. Em seguida, para que essas ações façam parte de uma verdadeira política de desenvolvimento auto-sustentado, é necessário definir uma estratégia de investimentos com dois componentes: de um lado, ações para que o aumento nas exportações gere efetivamente novos investimentos produtivos, com ampliação da capacidade produtiva voltada para o mercado externo; de outro lado, ações que aumentem a lucratividade dos investimentos privados e garantam financiamentos de longo prazo a custos competitivos.

A tendência moderna é o Estado tornar-se menos intervencionista, com sua atuação exercendo-se mais na orientação da economia. Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, sendo este enfoque recepcionado pelo desenvolvimento sustentável, concepção abordada nas seções a seguir.

Sachs (2004) lembra que o desenvolvimento ambiciona habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas. A boa sociedade é aquela que maximiza essas oportunidades, enquanto cria, simultaneamente, um ambiente de convivência e, em última instância, condições para a produção de meios de existência viáveis, suprimindo as necessidades materiais básicas da vida uma variedade de formas e de cenários.

Para Furtado (1997, p.64) o principal desafio do novo século indica a necessidade de:

Uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre nações e povos. Torna-se necessário o comprometimento para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens, buscar instituir novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O principal objetivo da ação deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização das potencialidades dos indivíduos e das comunidades.

Conforme Singer (2007), o desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros.

Para Amaral Filho (1996) as estratégias de desenvolvimento, entendido como um desenvolvimento sustentável no longo prazo, devem se basear em:

- Um novo papel do estado federado, cujas responsabilidades aumentam com o fim do padrão de crescimento da economia brasileira, comandada pelo estado nacional. Esse novo papel do Estado deverá ser obtido através de formas que recuperem a sua capacidade de investimento, e de modernização do aparelho estatal local;
- Estratégias de desenvolvimento regional ou local que além dos gastos públicos, mobilizem também investimentos do setor privado, a fim de elevar o nível de formação bruta de capital fixo e;
- Valorização dos novos fatores de produção como capital humano, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento e informação, instituições e meio ambiente.

Importante assinalar que essa preocupação com o amanhã, na resolução dessa equidade social entre gerações leva em consideração que um modelo de desenvolvimento que seja positivo para as gerações presentes, não pode colocar em risco a perpetuação da espécie humana. Logo, o padrão vigente de desenvolvimento deve ser capaz de deixar para as gerações futuras um legado que lhes garanta a sobrevivência. A herança se traduziria então, em condições para perpetuação da espécie humana.

3 ONDAS DE TRANSFORMAÇÃO E A EMERGENTE SOCIEDADE SUSTENTÁVEL: REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O surgimento da problemática ambiental na década de 1960 tem a sua especificidade: a idéia de que, no caso da utilização dos recursos naturais, perseguir egoisticamente os próprios interesses não conduz à utopia liberal do crescimento incessante da riqueza nacional, mas sim à catástrofe sem volta da destruição do planeta (NOBRE, 2002, p. 27). Este contexto recente é amplamente favorável para a discussão e elaboração de um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

O tema desenvolvimento sustentável é um assunto ainda em construção e esta longe de ser consenso entre os economistas. Também não se verifica uma escola ou teoria predominante.

Furtado (1984, p.106) acentua:

A idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem sendo natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante as invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países. Para Granziera (2003, p.47):

[...] o desenvolvimento sustentável tem sua origem remota no início da década de 70. A conferência de Estocolmo, sobre meio ambiente, realizada em 1972, estabeleceu princípios, o planejamento racional e a adoção, pelos estados, de uma concepção integrada e coordenada do planejamento de seu desenvolvimento, para compatibilizar a necessidade de proteger e de melhorar o ambiente, no interesse de sua população.

Neste sentido, leciona Nobre (2002, p. 38).

De qualquer modo, parece razoável supor que a expressão tenha sido pela primeira vez empregada no Simpósio das Nações Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar em Estocolmo em agosto de 1979, ocasião em que W. Burger apresentou um paper intitulado "A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento". Mas o conceito só adquire proeminência quando da pretensão do World Conservation Strategy (WCS) de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos vivos

Pode-se aduzir, portanto, que a sustentabilidade não será obtida se o capital natural for aviltado, incapacitando o ecossistema de gerar serviços que permitam aos seres humanos realizar a satisfação de suas necessidades. Assim,

O desenvolvimento sustentável parte de uma visão sócio-ambiental integradora das diferentes dimensões da relação entre sociedade e natureza, proporcionando o desenvolvimento de uma compreensão ampla das repercussões ambientais sobre a vida social, particularmente dos efeitos das transformações ambientais sobre a saúde da população em geral (RIGOTTO, 2006, p.02).

O conceito de desenvolvimento sustentável nasceu como proposta de delimitação de uma arena de disputa política pelo seu sentido prático e teórico, no âmbito de um projeto mais amplo de institucionalização da problemática ambiental: ele não nasceu como simples embuste nem os jogos já estavam feitos de antemão. Só retrospectivamente é que, determinados os vencedores da contenda, se pode dizer que ele não respondeu aos anseios e expectativas de parte significativa dos atores da sociedade civil envolvidos na disputa.

Assim, como delimita Becker (1997, p. 20) a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agencias financeiras multilaterais, grandes empresas, etc. Para Helena, Martins e Oliveira (2005, p. 9).

A criação da noção de desenvolvimento sustentável dá alento à tarefa árdua de reconciliar a busca do bem-estar da atualidade com a expectativa de boas condições de vida no futuro. Há muita polêmica em torno da noção de sustentabilidade; mas não se trata de validá-la, o mais importante é apresentar elementos que possam, ao esclarecê-la, orientar o enfrentamento do impasse atual através de novas concepções que apontem estratégias de gestão dos recursos naturais no contexto de uma nova racionalidade socioeconômica.

Desenvolvimento sustentável deve, portanto, significar desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição de bens e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempos próprios e específicos dos recursos naturais. Ou seja, produzir utilizando os recursos de forma a respeitar a existência e a importância dos sistemas ecológicos e a capacidade de recuperação e recomposição destes, criando mecanismos que permitam seu acesso por toda a sociedade (PNUD, apud HELENA, MARTINS E OLIVEIRA, 2005, p. 12).

Portanto, o desenvolvimento sustentável colima compatibilizar a atuação da economia com a preservação do equilíbrio ecológico. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (VIANA, 2002). Assim, o desenvolvimento sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas.

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades (OLIVEIRA, 2006, p.22).

O desenvolvimento sustentável busca alcançar o ideal do planeta harmônico (uso sustentado dos recursos naturais, com reparo e reposição) e da cidadania plena, tanto no presente como no futuro, reparando, nos limites do possível, os danos de toda ordem causados no passado. Em síntese, almeja a promoção humana integral, a equidade social, a paz e o ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, que são as bases da sociedade sustentável (BECKER, 2001).

Veiga (2006) faz uma alusão importante quanto ao acréscimo do adjetivo “sustentável” ao substantivo “desenvolvimento”, lembra que até o início dos anos 1980, antes de ser usado para questionar a qualidade do desenvolvimento alcançado pelos países, era um termo exclusivo da biologia, e que se referia tão somente às condições em que a extração de recursos naturais renováveis pode ocorrer sem impedimento à reprodução dos respectivos ecossistemas. O buscar compreensão da evolução da idéia de desenvolvimento da sociedade, desde que ela deixou de ser um simples sinônimo de progresso material, ou enriquecimento é um assunto palpitante e ainda sem consenso. Embora se perceba que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica.

3.2 MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Segundo Leff (2001, p. 295),

A sustentabilidade depende de como se extraem e como se transformam os recursos, o que se produz e como se produz, o que se consome e como se consome: o custo ambiental e a sustentabilidade das formas de satisfazer as necessidades básicas medidas pelos indicadores de qualidade de vida, de bem-estar e de desenvolvimento humano devem considerar seu impacto na própria sociedade.

Sem querer simplificar o debate sobre este importante tema, Becker (2002, p. 22) assinala que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, a idéia como sendo gestada dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia.

Oliveira e Souza-Lima (2006, p. 22) afirmam que a história do pensamento sobre desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à história do pensamento ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextrincável do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. Basicamente, pode-se dividir a evolução da preocupação com o desenvolvimento sustentável em cinco temas:

- 1) preservação da natureza;
- 2) desenvolvimento da administração (gerenciamento) e da ciência ecológica nos trópicos;
- 3) ambientalismo e crise global;
- 4) ecologia global, conservação e meio ambiente;
- 5) ambientalismo global.

O que se pode adiantar é que essa “nova” idéia introduz elementos econômicos, sociais e ambientais que são desafiadores do ponto de vista de muitas áreas do conhecimento.

O planejamento do desenvolvimento orientado pela sustentabilidade precisa levar em conta outras dimensões além da preocupação com a produtividade e com a preservação dos ecossistemas. É necessário assegurá-lo num amplo espectro de questões que vão além das questões ecológicas (HELENA MARTINS E OLIVEIRA, 2005).

Dentro dessa ótica e ampliando ainda mais a idéia de sustentabilidade, pode-se definir, com base no conceito de SACHS (2004, p. 15-16), as dimensões que podem compor o seu significado:

a) sustentabilidade cultural prevê o respeito e a afirmação das identidades existentes, onde as mudanças aconteçam dentro do equilíbrio entre tradição e inovação, de modo a preservar a autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e original, de acordo com as especificidades locais e com uma visão planetária (HELENA, MARTINS E OLIVEIRA, 2005).

b) sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Implica na adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social;

A sustentabilidade social deve guiar-se pela busca de equidade na distribuição de renda e de bens, com a finalidade de reduzir a desigualdade abismal entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres e de promover a igualdade de acesso a recursos e serviços sociais e ao emprego pleno. Deve envolver também uma configuração socioespacial mais equilibrada das atividades econômicas e dos assentamentos humanos (HELENA MARTINS E OLIVEIRA, 2005, p. 17).

c) sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Para Helena, Martins e Oliveira (2005, p. 17).

A sustentabilidade econômica comporta diversificação das atividades produtivas, desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, contínua atualização dos instrumentos de produção e acesso à ciência e à tecnologia. Uma condição importante para isso é a superação das disparidades inter-regionais — abrangendo inclusive as relações Norte-Sul —, numa proposta de co-desenvolvimento com base na igualdade, bem como no controle institucional efetivo do sistema financeiro internacional e na evolução das políticas e das instituições internacionais de proteção do meio ambiente.

d) sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania, para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento;

e) sustentabilidade ambiental – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica na capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas. Para Helena, Martins e Oliveira (2005, p. 17).

A sustentabilidade ambiental trata da preservação dos recursos naturais na produção de recursos renováveis e da limitação na produção de recursos não renováveis, do respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais e da redução do volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e da reciclagem. São importantes a promoção da autolimitação do consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta e, também, a definição de regras para uma adequada proteção ambiental, criando uma máquina institucional, bem como selecionando instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

Considerando essas dimensões, na visão de Sachs (2004), consegue-se atingir o desenvolvimento sustentável. Para se progredir simultaneamente nessas cinco dimensões muita coisa tem que ocorrer de fato, nas diversas nações.

A transição para o desenvolvimento sustentável começa com o gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, passando-se do crescimento financiado pelo influxo de recursos externos e pela acumulação de dívida externa para o do crescimento baseado na mobilização de recursos internos, pondo importações e para aprender a *“vivir com lo nuestro”* (SACHS, 2004, p. 17).

A concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição). O que se visa, portanto, é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta social pelo controle dos recursos naturais passe em maior medida pelo mercado, e não (ou cada vez menos) pela esfera política. Ignora-se (ou tenta-se ignorar) o conflito pelo controle sobre os recursos naturais, procurando criar condições para poupá-los sem, no entanto, considerar as

condições sócio- políticas que regem o poder de controle e uso destes recursos (BECKER, 2002, p.23).

Gallopin (2001) esclarece que a transição para um mundo sustentável exige um progresso simultâneo em todas as frentes, mesmo considerando que as perspectivas imediatas são sombrias. Enquanto prosseguem na batalha política na frente global, os países latino-americanos poderiam também usar o marco conceitual do desenvolvimento sustentável para desenhar as suas estratégias nacionais.

Acredita-se que o caminho que parece ser ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta é uma verdadeira chance para a reorganização conseqüente da sociedade, visando a sustentação da vida e a manutenção de sua diversidade plena.

3.3 SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Para Macedo (1995) a sociedade é um tipo de processo involuntário junto com a economia. Neste tipo de processo social, só há lugar para uma justiça social consistente na observância de regras gerais de comportamento, de interação, sem especificar padrões ou resultados finais para ações individuais.

Hoje é intenso o debate sobre o futuro da sociedade, vem a tona a necessidade de uma sociedade sustentável, capaz de atender as necessidades atuais e futuras.

Pode-se observar que são recentes as preocupações com a degradação ambiental. Segundo Troppnair (1995, p.198), “nas civilizações primitivas, pastoris e agrícolas, o homem era um elemento integrado no sistema natureza, e nele interferia apenas de forma restrita”.

O progresso da humanidade é o resultado da utilização dos recursos encontrados na natureza pelas gerações que nos antecederam. Com o passar do

tempo e a evolução do ser humano, este sentiu necessidade de novos utensílios na busca de conforto e comodidade.

A revolução industrial deu ao homem um enorme poder sobre a natureza. Por outro lado a exploração excessiva passou a gerar desequilíbrios ambientais muito graves.

Nesses termos Troppnair (1995, p.198) salienta:

Com o aumento da população, o surgimento de formas sociais mais complexas e principalmente, com o advento da era industrial, que introduziu o emprego de maquinário mais potente e sofisticado e modificou modos de vida humana, a interferência e as perturbações provocadas pelo homem nos ecossistemas tornaram-se mais drásticas e conduziram aos problemas ambientais de nossos dias.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista e de uma sociedade moderna, que tem por prazer o consumo e a ambição em produzir cada vez mais para a obtenção de maior lucro, provoca o desgaste dos recursos naturais com efeitos nocivos e destrutivos ao próprio homem. A intensidade e a rapidez com que os recursos naturais são retirados, não permitem à natureza um tempo hábil de regeneração. A natureza é rica em recursos, porém não é inesgotável. Assim, o homem chega ao final do século XX contabilizando resultados altamente questionáveis.

O modelo de desenvolvimento baseado no uso de recursos naturais não renováveis começa a apresentar sinais de exaustão, levando as principais sociedades do planeta a uma mudança drástica das grandes referências que determinaram suas metas. O novo modelo exige uma mudança das políticas globais e o estabelecimento de um novo paradigma tecnológico, econômico e jurídico (SOUZA, 2007, p. 1)

Hoje a proposta é de um desenvolvimento sustentável que respeite os limites naturais, sem diminuir a qualidade de vida social, sendo extremamente necessário o planejamento das ações humanas em relação à natureza.

O grande desafio deste início de milênio é reverter o impasse provocado pelo conflito entre desenvolvimento e meio ambiente. A sobrevivência da espécie humana depende de que a natureza não seja mais considerada apenas como doadora de recursos a serem explorados, como instrumento gerador de riqueza, mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de contemplar o atendimento das necessidades dos seres humanos, na perspectiva de um desenvolvimento que venha a consistir numa plataforma de valores e atitudes a serem realizadas, de metas definidas por cidadãos e também de critérios para determinar quais são os custos suportáveis, e por quem, no bojo do processo. (HELENA, MARTINS e OLIVEIRA, 2005, p. 9).

Portanto, a sustentabilidade é a que está, entre muitas utopias, se tornando hegemônica nos anos 90, como se fosse o reencantamento do mundo, ou da modernidade, como preferem alguns. Nessa condição, parece se configurar como uma nova racionalidade do sistema capitalista (BECKER, 1997, p. 12).

Pode-se afirmar que a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável representa um grande desafio para a humanidade porquanto afetará múltiplos interesses de natureza econômica, além de implicar em profundas mudanças no estilo de desenvolvimento da sociedade, a fim de que o crescimento econômico seja menos intensivo no consumo de matérias-primas e energia e mais equitativo na distribuição dos seus resultados para a população. Torna-se relevante uma verdadeira revolução cultural, visando assim, substituir o paradigma do desenvolvimento atual pelo paradigma do desenvolvimento sustentável (ALCOFORADO, 1997).

O crescimento econômico deve ser subordinado a uma exploração racional e responsável dos recursos naturais, de forma a não inviabilizar a vida das gerações futuras. Todo cidadão tem o direito a viver num ambiente saudável e agradável, respirar ar puro, beber água potável, passear em lugares com paisagens notáveis, apreciar monumentos naturais e culturais, etc. Defender esses direitos é um dever de cidadania, e não uma questão de privilégio (PCNs, 1997). Neste contexto, o que se busca é um desenvolvimento sustentável.

Allen apud Bellia (1996, p.23) afirma que:

O termo desenvolvimento sustentável é definido como sendo "o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida, que seguem padrões de crescimento econômico não- sustentáveis.

O processo de desenvolvimento sustentável começou a gravitar entre os dirigentes das nações, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (MUSCHETT, 1998, p. 17).

Nas palavras de Herculano (1992, p.25):

A Sustentabilidade é um termo do vocabulário ecológico e diz respeito à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias, os dejetos de uma forma viva sendo o alimento de outra; os ecossistemas são tanto mais estáveis quanto mais complexos e diversos, e sua permanência é função deste equilíbrio dinâmico. Sustentabilidade nos remete às noções de estabilidade e de ciclos. Diante dessa realidade, a escola assume o papel de incentivar a sociedade a repensar seus valores e entender a importância da ética e o sentido da cidadania planetária, ou seja, construir sempre em conjunto com a natureza, e não contra ela.

Dentro da visão multidisciplinar, sistêmica e holística da questão ambiental, os mais diversos ramos do conhecimento passam a construir os princípios básicos de uma sociedade sustentável. Um estudo patrocinado por importantes organizações internacionais, denominado Cuidando do Planeta Terra - uma Estratégia para o Futuro da Vida, elaborou os princípios da vida sustentável e destaca que:

Viver de forma sustentável depende da aceitação do dever da busca de harmonia com as outras pessoas e com a natureza. As regras básicas são de que as pessoas devem compartilhar e cuidar do Planeta Terra. A humanidade não deve tomar da natureza mais do que a natureza pode repor. Isto, por sua vez, significa a adoção de estilos de vida e caminhos para o desenvolvimento que respeitem e funcionem dentro dos limites da natureza. Pode se fazê-lo sem rejeitar os muitos benefícios trazidos pela tecnologia moderna, contanto que também a tecnologia funcione dentro de tais limites. Esta estratégia trata de um novo enfoque do futuro e não de uma volta ao passado (SOUZA, 2007, p. 7).

A idéia da sustentabilidade procura imprimir uma continuidade no tempo, capaz de gerar as condições de sua própria existência (Borges, 2003). Ou seja, um sistema é sustentável, quando ele é capaz de reproduzir-se, criando, assim,

condições de continuidade. Seria, no campo da economia, crescer na proporção necessária à criação de emprego. Assim, os princípios de uma sociedade sustentável são os seguintes:

- respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos: reflete o dever de preocupação com todas as formas de vida. Trata-se de um princípio ético que quer significar que o desenvolvimento não pode acontecer em detrimento das gerações futuras. Este respeito significa que toda a vida no Planeta é interdependente, não sendo possível discriminarmos formas de vida, ou localização geográfica de populações de qualquer espécie (SOUZA, 2007, p. 7).

- melhorar a qualidade da vida humana: passa por uma ampliação da expectativa de vida, pelo acesso à educação e aos recursos necessários para um padrão de vida digno, pela liberdade política, pela garantia de direitos humanos e proteção contra a violência. É inadmissível a realidade do mundo, onde pessoas ainda são escravizadas pelo analfabetismo e pelo desemprego (SOUZA, 2007, p. 8). Vale destacar que a melhoria da qualidade de vida passa, assim, pela superação da pobreza como meio de chegar à verdadeira igualdade e permitir que as pessoas possam defender a preservação ambiental, sem ter a preocupação com sua sobrevivência física, determinada pela maior ou menor oferta de emprego e renda.

- conservar a vitalidade a diversidade do Planeta Terra: a vida sustentável exige mais do que o respeito ao homem e à sua sadia qualidade de vida. Com efeito, é necessário manter a capacidade de adaptação dos ecossistemas e das comunidades humanas que deles dependem, adequando a produtividade à capacidade de rápida recuperação e mantendo a variedade da biosfera. É primordial, então, a conservação dos sistemas de sustentação da vida fornecidos pela natureza, ou seja, a manutenção dos processos ecológicos que determinam o clima, limpam o ar e a água, regulam o fluxo de água, reciclam os elementos essenciais, criam e regeneram o solo e mantêm o planeta adequado à vida (SOUZA, 2007, p. 8).

Com base nestes princípios Martin (2007, p.2) afirma que a sociedade sustentável de que falamos,

[...] será uma sociedade industrializada, porém fundamentada num antiprodutivismo e/ou anticonsumismo desenfreado, na medida em que tem como certo que os recursos naturais são finitos, não proporcionando, portanto, um crescimento industrial infinito. Assim sendo, o que devemos nos preocupar fundamentalmente é com o crescimento qualitativo e social. Em suma, poderíamos nos autoproclamar de antiprodutivistas sim, porém, não antiindustrialista. Não apostamos no desaparecimento da sociedade industrial, mas, na sua conversão ecológica.

Para viabilizar esta sociedade sustentável é imprescindível uma nova postura, tanto dos agentes econômicos, que devem passar a incorporar as chamadas externalidades, como do meio jurídico, que devem criar um conjunto de regras adequadas para tornar efetivas as proposições emanadas das áreas técnicas (SOUZA, 2007, p. 9).

Neste contexto, a educação torna-se estratégica, na interface natureza/sociedade.

Sachs (2004, p.39) considera:

[...] essencial a educação para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a auto confiança e a auto-estima. Assim, a educação é condição necessária, contudo não o suficiente, deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento.

Na busca da sustentabilidade, emerge a educação ambiental com um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável (LEFF, 1999, p.128).

Neste ponto, Reigota (1994, p.10) define a Educação Ambiental como “Educação política no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

A Educação ambiental é um processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado num complexo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente em sua volta (PHILLIPI JR; PELICIONI, 2005).

A Educação Ambiental tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza.

Referindo-se ao papel da Educação Ambiental, Menezes e Lória (1994) descrevem que ela teria que estimular o desenvolvimento de uma nova consciência a respeito das relações do homem com o seu ambiente e produzir novas condutas capazes de levar as pessoas a se envolverem com as questões ambientais, e que os valores têm o papel muito importante na relação homem e meio ambiente.

Sendo assim, espera-se que as idéias referentes à educação ambiental possam ter um efeito multiplicador, influenciando o conjunto da sociedade nas mais variadas áreas de atuação, levando a uma mudança de comportamento fundamental para que se alcance o tão importante desenvolvimento sustentável (SOUZA; SOARES, 2006, p.56).

3.4 RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL: EMPRESA RESPONSÁVEL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sabe-se que a formação de um mercado mundial instituiu relações persuasivas à deterioração do ambiente e seria ingenuidade ignorar essa dimensão do problema. No entanto, a dura realidade econômica não justifica a destruição e a poluição, quando se sabe que há processos de produção mais adequados. Também não se justifica que, para poucos acumularem mais riquezas, muitos tenham de se submeter à destruição, ao dano à saúde e à pobreza. De fato, poluição não implica progresso: é antes, na maior parte das vezes, sinal de ignorância, ou egoísmo e descaso, bastante característicos daqueles que, apesar de possuírem conhecimento e consciência das implicações das suas atividades produtoras, continuam poluindo. Há que se considerar a questão ecológico-econômico-social como um problema a ser equacionado pela sociedade moderna (PCNs, 1997).

A Declaração de Estocolmo, de 1972, buscando uma ética ecológica, dispõe que os recursos naturais da terra (fauna, flora, ar, solo e água) devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras. Em consequência, deve o homem, ao planejar o desenvolvimento econômico, atribuir importância à conservação da natureza [...] o desenvolvimento econômico e social é indispensável. O que se verifica, no entanto, é que a planificação racional, destinada a coadunar as exigências do “desenvolvimento” com as do meio ambiente (FREITAS, 2002, p. 289).

Nesta linha de proteção ambiental, também, em 16 de março de 1998 foi assinado o Protocolo de Quioto, onde diversos países comprometeram-se a buscar a redução da poluição e a preservar o meio ambiente.

Nesta acepção Becker (1997, p. 13) leciona que com o passar dos séculos a humanidade foi se apercebendo das contradições do mundo moderno.

Tomou consciência de que o processo de modernização-ocidentalização do mundo era e é, antes de tudo o mais, um processo de homogeneização do mundo. Homogeneização que, enquanto modelo de desenvolvimento, moderniza as sociedades tradicionais. Portanto, tendencialmente varre do globo terrestre a diversidade cultural e a biodiversidade natural. No seu lugar enxerta, ou tenta enxertar, outra cultura, bem como outra biodiversidade; uma biodiversidade produzida.

Assim, hodiernamente,

Diversos setores sociais, entre eles as empresas, vêm se mobilizando para vencer o desafio de tornar realidade os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável. Isto se dá por diversas formas, passando por empresas que tentam colocar os negócios a serviço da construção de uma sociedade melhor, enquanto outras atuam como consequência de fatores externos que ameaçam a estabilidade empresarial e criam oportunidades de novos negócios. Surge a necessidade de discutir os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desempenho empresarial, além de priorizar os interesses de seus vários públicos (SOUZA e SOARES, 2006, p 55).

Empresas e organizações sem fins lucrativos preocupadas com a questão, tomaram uma série de ações que deram início a um movimento que buscava valer-se da imagem ambientalmente ou ecologicamente correta de produtos como um

apelo diferenciado à venda. Emerge, portanto, uma postura de eco-desenvolvimento, de responsabilidade sócio ambiental.

A estratégia é aliar as necessidades do mundo contemporâneo e seus desafios de busca do desenvolvimento sustentável com estratégias negociais. Como enfatizam Souza e Soares, (2006, p 55).

Não se pode falar em desenvolvimento, mesmo que não fosse sustentável, em uma realidade de bilhões de miseráveis. Não há economia, relação social ou natureza que resista. Essas necessidades abrem caminho depois para a busca da qualidade de vida como um modelo econômico estruturado no desenvolvimento sustentável, o que cria oportunidades num mundo saturado pela mesma lógica de produtos e consumo.

Deve-se, portanto, desenvolver um novo modelo que revise a mera relação produção-consumo. Mostrando a lógica do modelo político-econômico da responsabilidade sócio ambiental, Hart (2005) desenha dois eixos, como mostra a figura 2. Na horizontal à direita, características externas das empresas e à esquerda, as internas. No vertical, o tempo, sendo abaixo o hoje e acima o futuro.

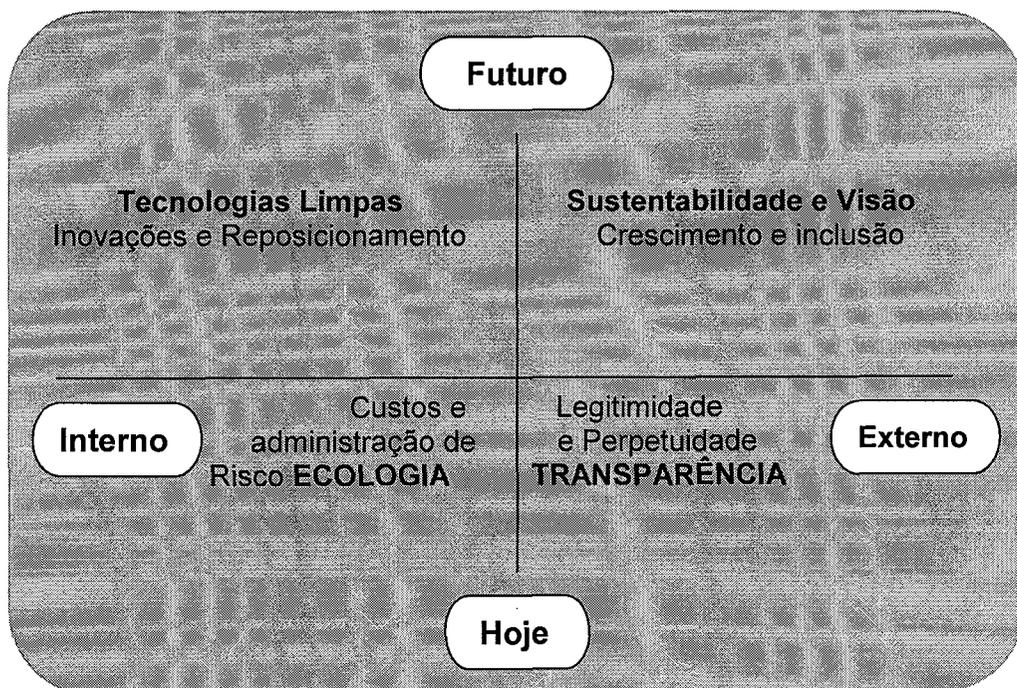


Figura 2 - Esquema do futuro. Fonte Hart (apud SOUZA e SOARES, 2006, p. 59).

Analisando a figura 2, pode-se pensar esse novo modelo tendo como bases: a ecologia, ao lançar e implementar a possibilidade de processos limpos e eficientes; a transparência, como forma de apurar o processo de gerenciamento corporativo nas empresas; tecnologias limpas, desenvolvendo produtos que não causem danos ao planeta usando a biotecnologia (entre outras) e sustentabilidade e visão, tendo a inclusão social como um foro da sustentabilidade do planeta.

Se a vontade social é formadora da quase inexistente vontade política ambiental, há que se investir com criatividade no processo de tomada de consciência, mediante forte dramatização, atraindo a atenção da mídia, não só para reafirmar o que já foi exaustivamente denunciado, mas, principalmente, para destacar o insubstituível papel da mídia na formação da vontade social. Quanto mais for possível acelerar o processo de transformação comportamental com relação ao meio ambiente, menor será o lamento, quando vierem a ocorrer as catástrofes engatilhadas, por não terem sido evitadas a tempo (ZULAUF, 2000).

3.5 ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO BRASIL

Como forma de inserir comunidades menos favorecidas em processos produtivos que garantam a seus membros trabalho e renda a partir das potencialidades locais, o Banco do Brasil criou a estratégica negocial de Desenvolvimento Regional Sustentado (DRS).

A estratégia do DRS representa, assim, importante contribuição do Banco para a efetivação das políticas estruturais do Programa Fome Zero, do Governo Federal. Trata-se de um modelo de negócios que considera a viabilidade das atividades produtivas em suas dimensões econômica, social e ambiental, respeitada a diversidade cultural. A estratégia busca a geração de trabalho e renda, por meio de apoio a práticas que valorizem as vocações e potencialidades locais em atividades rurais e urbanas tão diversas como a ovinocultura, a apicultura, o artesanato e a reciclagem de lixo, atuando principalmente no fortalecimento do associativismo, dos mini e pequenos empreendedores, das cooperativas e da agricultura familiar.

Também se busca com a estratégia DRS multiplicar as oportunidades de negócios para as agências do Banco do Brasil situadas nas localidades atendidas.

O DRS utiliza a metodologia participativa e construtivista que se baseia no processo de “concertação”, ou seja, na orquestração, articulação e mobilização de atores socioeconômicos (parceiros), que podem ser da área governamental (municipal, estadual ou federal), da iniciativa privada e da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos.

Desenvolvimento Regional Sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependências, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Engloba a tríplice visão do economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL, 2004). O modelo de atuação do programa de DRS pode ser visualizado na figura 3:

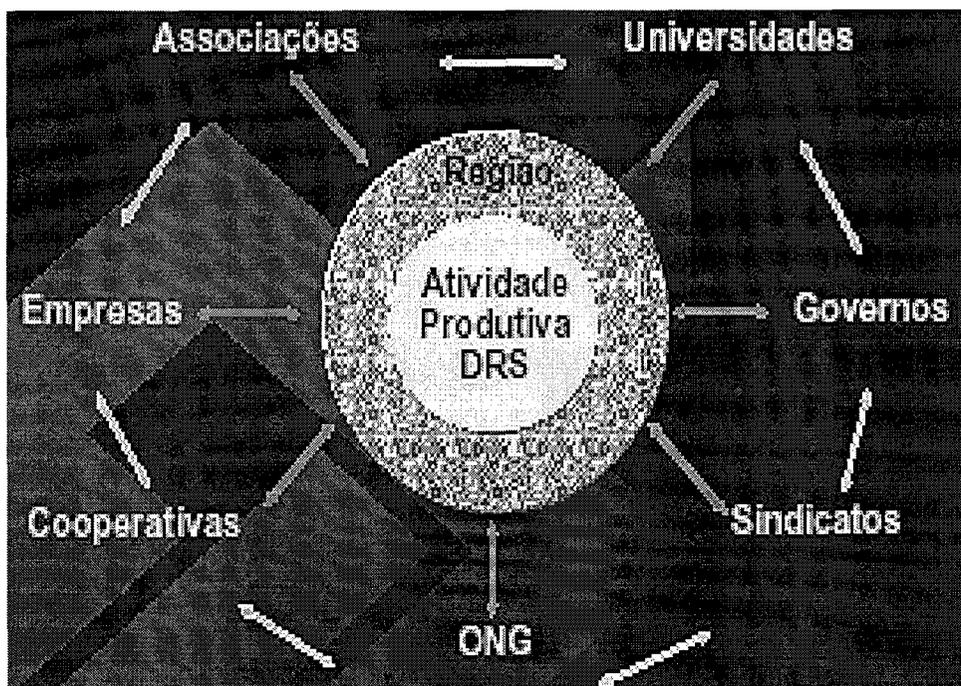


Figura 3 – Modelo de atuação. Fonte: Banco do Brasil (2006).

O programa de DRS é considerado como uma estratégia negocial da empresa. Trabalhar com visão negocial numa empresa cidadã, que acredita no desenvolvimento regional sustentável o que exige uma nova postura. A visão

imediatista de curto prazo deve ceder lugar a um planejamento de oferta de produtos e serviços no médio e longo prazo, pois as oportunidades de negócios podem estar exatamente em acompanhar a trajetória do negócio do cliente, seu crescimento e superação de obstáculos. É preciso olhar para o contexto econômico e político, para as possibilidades de ganho de escala com a formação de parcerias.

Leva-se assim à formação de um círculo virtuoso na economia local, na qual os indivíduos ampliam suas rendas, os arranjos produtivos, auxiliados pela estratégia DRS, ampliam a produção e circulação, os governos locais arrecadam mais impostos, o que leva a um processo de inclusão bancária e geração de negócios bancários (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL, 2004).

3.5.1 METODOLOGIA DA IMPLANTACAO DA ESTRATEGIA DRS

A metodologia de atuação na estratégia de DRS do Banco do Brasil propõe uma tipologia de organizações produtivas em rede, de forma a criar parâmetros facilitadores para a identificação e o diagnóstico das comunidades (Aglomerados, Arranjos Produtivos Locais, Cadeia ou Sistema Produtivo). Pressupõe também um ciclo que analisa as organizações a partir das fases:

a) **Informações locais:** conhecimentos sobre o mercado e sobre a dinâmica social da comunidade e região;

b) **Seleção da Atividade Produtiva:** processo técnico de escolha da atividade produtiva a ser desenvolvida, objetivando alcançar o desenvolvimento regional sustentável;

c) **Diagnóstico:** levantamento de informações econômicas, sociais e ambientais da atividade produtiva selecionada (negócio) e dos intervenientes, realizado pela equipe de trabalho DRS;

d) **Plano de Negócios DRS:** plano contendo propostas de ações efetivas e factíveis, eleitas a partir da análise do Diagnóstico, a serem implementadas pelos diversos intervenientes da atividade produtiva;

e) **Metodologia de Análise:** dinâmica desenvolvida especificamente para possibilitar a análise técnica da viabilidade econômica, social e ambiental da atividade produtiva selecionada;

f) **Implementação:** processo de levar à prática por meio de providências concretas o Plano de Negócios DRS analisado e considerado viável;

g) **Monitoramento:** parte do acompanhamento do DRS, que visa gerenciar o processo, o plano;

h) **Avaliação:** parte do acompanhamento do DRS, que objetiva aferir o resultado alcançado, bem como alguns dos benefícios gerados em relação à qualidade de vida das pessoas diretamente ligadas à atividade produtiva trabalhada.

4 CONCLUSÃO

Tradicionalmente, o desenvolvimento econômico é visto como um processo de sistemática acumulação de capital e de inclusão do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade ou da renda. Definido nessa acepção, o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua revolução capitalista.

Hodiernamente, observa-se a incorporação de outras dimensões, além das econômicas na definição de desenvolvimento. Assim, inclui-se direitos sociais, coletivos, meio ambiente, etc., e surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável significa desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição de bens e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e dos recursos naturais.

Desenvolvimento sustentável deve, portanto, significar desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição de bens e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempos próprios e específicos dos recursos naturais.

A palavra “necessidade” embutida no conceito de desenvolvimento sustentável aduz ser aquela que atende às funções básicas de cada indivíduo, e não aquelas criadas pela propaganda, pela mídia que fatalmente leva ao consumo excessivo de bens.

Assim, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável não postula a preservação da natureza em seu estado original, mas a melhoria da qualidade de vida, mediante o gerenciamento racional das intervenções sobre o meio ambiente, distribuídos de forma eqüitativa e eticamente justificável os custos e benefícios entre as populações envolvidas.

Voltado à aplicabilidade dos conceitos que envolvem o desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil em 2003, lançou um ousado programa, intitulado Desenvolvimento Regional Sustentável. Como destacado ao longo do trabalho, Desenvolvimento Regional Sustentável é aquele que leva à construção de

comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependências, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Em síntese, a metodologia do programa indica oito fases: capacitação e sensibilização dos funcionários do banco nos conceitos de DRS; sensibilização e concertação dos agentes locais; levantamento de dados do município escolhido e da atividade produtiva foco da atuação; formação da equipe de trabalho; diagnóstico e elaboração do plano de negócios; análise do diagnóstico e plano de negócios; implementação do plano de ação e, finalmente, o monitoramento e a avaliação dos resultados.

Este programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil será objeto de estudo, com maior detalhamento, num segundo momento, já que é o foco central de análise da dissertação de mestrado a ser realizada. Lembrando que o referencial teórico desenvolvido até o momento representa o arcabouço teórico da dissertação

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, T. G. **Teoria de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- ALCOFORADO, F.. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997
- AMARAL FILHO, J.. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14. dez. 1996.
- ARRETCHE, M. T. da S. **Avaliação de políticas sociais: uma questão de debate**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e / ou possibilidade?** 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- _____. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- BELLIA, V. **Introdução a Economia do Meio Ambiente**. Ed. Brasília: Ibama, 1996.
- BIANCHI. P. N. L. **Meio ambiente**. Curitiba: Juruá, 2002.
- BORGES, C.. **A importância da Liderança Comunitária no Processo de Desenvolvimento Local**, in LUZON, José L., STADEL, Christoph e BORGES, César. **Transformaciones Regionales y Urbanas en Europa y America Latina**, Barcelona, Publicaciones Universitat Barcelona, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Yoshiaki. **Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade**. Documento preparado por solicitação do Presidente do PSDB, Dep. José Aníbal. São Paulo, jan. 2002.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O processo histórico do desenvolvimento econômico**. 22 ago. 2007. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Acesso em: 29 ago. 2007.
- CARLOS M. J. G.. **La verdad sobre eficiencia, eficacia y efectividad**. Disponível em: <http://www.ilustrados.com/publicaciones/EEFFyZVkkXdfMKSy.php> Acesso em: 30 set. 2006.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- FRANCO, A. **O terceiro setor e seu papel estratégico**. Disponível em: <http://www.mc2.com.br/brasiljunior/fotos/TI-6.pdf>. Acesso em: 30 set. 2006.
- FREITAS, V. P. (org). **Direito Ambiental em Evolução**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____ **Obra autobiográfica**. 3 vol. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

GALLOPIN, G. C. **The latin american World model: three decades ago**. In: *Futures*, n° 33, 2001.

GOMES, M. L. et. al. **Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**. Disponível em www.iambiente.pt/sids/sids.pdf. Acesso em 15 jul. 2006.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito da águas**. São Paulo: Atlas, 2003.

HELENA, C.; MARTINS, B. OLIVEIRA, N. **Indicadores econômico-ambientais na perspectiva da sustentabilidade**. Porto Alegre : FEE; FEPAM 2005.

HERCULANO, S. C. Do Desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história: Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LANGONI, C. G.. **A Economia da Transformação**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1976.

MACEDO, U.B.. **Liberalismo e justiça social**. São Paulo: IBRASA, 1995.

MALUF, R. S. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico**. Disponível em: www.polis.org.br/download/. Acesso em: 29 ago. 2007.

MARINHO, A; FAÇANHA, L.O. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Texto para discussão nº 787. Rio de Janeiro, IPEA, 2001.

MARTIN, P. R. **Reconstrução ecológica da sociedade industrial**. Disponível em: <http://www.sociologos.org.br/textos/outros/rececol.htm>. Acesso em: 19 maio. 2007.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: Tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEIER, G. M., BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo Mestre Jou, 1968.

MENEZES, P.; LÓRIA, M. **Educação Ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade**. Rio de Janeiro: CRAB, 1994.

MUSCHETT, F. D. **Princípios de Desarrollo Sostenible**, Madrid, Aenas, 1998.

NAPOLEONI, C. S. Ricardo, Marx, **Considerações sobre a História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

NOBRE, M. (org.) **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, J. B. de. Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil. **Texto para Discussão nº 827**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2001.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, G. B. de; SOUZA-LIMA, J. E. de. **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: Annablume, 2006.

BRASIL. PCN - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Meio ambiente**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: www.pr.gov.br/meioambiente/pdf/parametros_curriculares.pdf. Acesso em: 01 maio, 2007.

PHILLIPI JR; A.; PELICIONI, M. C. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

PRADO, E. F. S. **A ortodoxia neoclássica**. Estudos Avançados, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a03.pdf>. Acesso em 19 jun. 2007.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIGOTTO, R. Mecanismos Regulatórios da Relação Indústria e Meio Ambiente. **Revista eletrônica da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças**. Disponível em: www.abdl.org.br. Acesso em 30 out. 2006.

ROCHA, L. R. C. da, Crescimento Econômico. **Revista Fae Business**, n.7, nov. 2003. Disponível em: http://www.sfrancisco.edu.br/pdf/revista_fae_business/n7/rev_fae_business_07_2003_entrevista.pdf. Acesso em 12 maio. 2007.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto. Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SACHS, I. **Desenvolvimento excludente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da letras, 2000.

SERRANO, F.; MEDEIROS, C. **O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente.** Disponível em: www.desempregozero.org.br/ensaios_teoricos/o_desenvolvimento_economico_e_a_retomada_da_abordagem_classica. Acesso em: 20 ago. 2007

SINGER, P. **Desenvolvimento solidário: significado e estratégia.** Disponível em: www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf. Acesso em 19 jun. 2007.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, P. C.; SOARES, F. G. **Responsabilidade Sócio Ambiental.** Brasília: UnB/ INEPAD, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social.** São Paulo: Atlas, 2002.

TROPNAIR, P. **A degradação do Meio Ambiente.** São Paulo: Atlas, 1995.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico : um referencia alternativo para compreender o desempenho das nações.** Brasília: IPEA, 2005.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL. **Desenvolvimento Regional Sustentavel. Revista periódica destinado ao publico interno.** Fascículo n. 30. Gráfica Banco do Brasil, 2005.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL. **Desenvolvimento Regional Sustentavel. Curso Gestão Estadual do Desenvolvimento Regional Sustentável.** Gráfica Banco do Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO DO BRASIL. **Desenvolvimento Regional Sustentavel. Curso Desenvolvimento Regional Sustentável. Guia de Agência.** Gráfica Banco do Brasil, 2005.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E.. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

VERGARA, P. **El Enigma del Desarrollo – Endogeneidad en un Mundo Globalizado?**, in ARARIPE, Assis, BORGES, Cesar e LUZÓN, Jose L. **Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional**, Fortaleza, Editora UECE e Xarxa MedAmerica, 2004.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIANA, J. R. A. **O Direito Ambiental e o princípio do desenvolvimento sustentável. Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 57, jul. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2974>. Acesso em: 20 out. 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZULAUF, W. E. **O meio ambiente e o futuro**. ago. 2000, Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000200009&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2006.